



DIÁRIO

da Assembleia Nacional

X LEGISLATURA (2014-2018)

4.ª SESSÃO LEGISLATIVA

REUNIÃO PLENÁRIA DE 16 DE JUNHO DE 2016

SESSÃO CONSTITUTIVA DO PARLAMENTO INFANTO-JUVENIL

Presidente: Edmilson Dias**Secretárias:** Camélia Vera Cruz

Cândida dos Santos

SUMÁRIO

O Sr. Presidente da Assembleia Nacional (José Diogo) declarou aberta a sessão às 9 horas e 50 minutos.

Após a exibição do vídeo sobre os direitos das crianças, o Sr. Presidente da Assembleia Nacional procedeu ao discurso de abertura do Parlamento Infanto-juvenil.

De seguida, o Sr. Presidente da 5.ª Comissão Especializada Permanente (Arlindo Barbosa) estendeu boas vindas a todos os presentes e explicou as modalidades de constituição da mesa provisória e da eleição dos membros constituintes da mesa do parlamento Infanto-juvenil.

A mesa provisória foi constituída pelo Deputado mais velho, Dany Almeida (Mé-Zóchi), como presidente, e dois deputados mais novos como secretários, Irissy Bonfim (Lembá) e Jociley Cabral (Região Autónoma do Príncipe).

Após a eleição, foram eleitos como Presidente Edmilson Boa Morte Dias (Mé-Zóchi), como vice-Presidentes Kelmy da Mata (Região Autónoma do Príncipe) e Rúbia Neto (Lobata), como secretários Camélia Vera Cruz (Cantagalo), e Cândida dos Santos (Água Grande), e como vice-secretários Brazida Mata (Região Autónoma do Príncipe) e Helson da Costa Guadalupe (Surdo-Mudo).

O Presidente eleito no seu discurso lançou um veemente apelo aos Colegas Deputados, no sentido de

focarem as suas atenções e reflectirem juntos sobre questões de interesse colectivo, num clima de respeito mútuo e harmonia.

Procedeu-se ao debate sobre o Abandono Escolar, tendo usado da palavra os deputados Kelmy Lavres (Região Autónoma do Príncipe), Rebeca Sousa (Cantagalo), Karem Pereira (Caué), Celine Santiago (Mé-Zóchi), Lucas d'Apresentação (Água Grande), Ana Cátia Fernandes (Lembá), Ermina Pinto (Lobata), Letícia Guimarães (ONG Fundação Criança e Juventude), Roger Fernandes (Mé-Zóchi), Alex Semedo (Cantagalo), Ely Patrícia (Água Grande), Genilsa d'Alva (Caué), Fábio Quaresma (Cantagalo), Julícia Lima (FONG), Olímpia Will (Água Grande), Celyne Silva (Lembá), Ivânia Afonso (Região Autónoma do Príncipe), Ayra Amado (Água Grande), Frank Mendes (Cantagalo), Allycinilde Rompão (Mé-Zóchi), Okssania Monteiro (Caué), EKaterina Pires (Água Grande), Hélder Monforte (FONG – ARCAR), Leonardo Barros (Água Grande), Dany Almeida (Mé-Zóchi), Meyme Pontes (Água Grande) e Camélia Vera Cruz (Cantagalo).

No final, foi feita a leitura das recomendações, pela Deputada Cândida Santos (Água Grande).

O Presidente encerrou a sessão às 14 horas e 10 minutos.

O Sr. **Presidente da Assembleia Nacional** (José Diogo): — Deputadas e Deputados, existe quórum, pelo que declaro aberta a sessão.

Eram 9 horas e 50 minutos.

Estavam presentes os seguintes deputados:

Distrito de Água Grande

Ayra Vanessa B. Amaro
Belmiro Júnior Ramos Afonso
Cândida Fernandes Pires dos Santos
Ekaterina Yavors'Ka de Sousa Pires
Ely Patrícia Viana da Costa
Hyung da Silva Aguiar Nhamuave
Kénio Lombá Dias
Leniny Magalhães
Leonardo Fernandes de Barros
Lucas Pires de Apresentação
Meyme Gomes Sousa Pontes
Olímpia Sousa Pontes Will

Distrito de Mé-Zóchi

Abigailza Sacramento da Silva
Allycinilde Nazaré de C. Rompão
Celine Dias Viegas Santiago
Dany Xavier Almeida
Ednylson Boa Morte Dias
Eliane Amado da Costa Cruz
Gelsa da Cruz Catarino
Joacy Camblé B. Neto
Jorciano Gaspar Soares
Marcelina Lima Bonfim
Milanucha do Sacramento S. Simão
Roger de Boa Esperança Fernandes

Distrito de Cantagalo

Alex dos Santos Semedo
Camélia Flávia da Graça Vera Cruz
Fábio dos Ramos Quaresma
Frank Dilirio dos S. Lima Mendes
Gorety Boa Morte Sousa Pontes
Rebeca Diogo Mendes de Sousa

Distrito de Lobata

Autémio Pires de Sousa
Ermina Pinto Quaresma Nené
Nikylse Nady Ferreira Pires
Rúbia Simony de Ceita Neto
Telma da Silva Segundo

Distrito de Lembá

Ana Kátia Pereira Fernandes
Cedrik Lopes Pinto Cabral
Celyne Quaresma da Silva
Irissy Diogo Bonfim
Valdemar de Pina Teixeira

Distrito de Caué

Genilza Monteiro d'Alva
Karem Dilara Luís Pereira

Kelvio Viegas dos Santos
Okssania Monteiro Mesquita

Região Autónoma do Príncipe

Brazida Vaz Mendes da Mata
Ivânia Afonso Dias Andrade
Jorciley dos Santos Cabral
Kelmy da Mata Almeida da Costa Lavres
Raquel dos Ramos

ONG ACASTEP

Bruno Afonso de Silveira

ONG ADSTP

Ester Dias Lourenço

ONG ARCAR

Hélder Monforte

ONG Fundação Novo Futuro

Julicia da Costa Lima

ONG Fundação Criança e Juventude

Letícia Guimarães

ONG Surdo-Mudo

Helson da Costa Guadalupe

O Sr. **Presidente**: — Excelentíssimos Srs. Membros do Governo, Excelentíssimas Senhoras e Senhores Deputados à Assembleia Nacional, Excelentíssimos Senhores e Senhoras Representantes das ONG que trabalham com as crianças, Prezadas Meninas e Prezados Meninos, Minhas Senhoras e Meus Senhores:

Gostaria de, em primeiro lugar, cumprimentar e dar as boas-vindas a todos os jovens a este órgão mais alto e representativo de todo o povo são-tomense.

Hoje, vamos dar início a um trabalho importante para as futuras gerações, na medida em que estamos a cultivar e a preparar os nossos jovens que amanhã serão homens e mulheres que irão conduzir o destino do nosso país.

Há bem pouco tempo celebrou-se o dia mundial da criança e, neste âmbito, muitas palavras foram direccionadas aos nossos meninos e meninas, aos pais e encarregados de educação, bem como a todas as entidades estatais e às ONG, sobre a importância das crianças na continuidade de uma Nação e na necessidade de dar às mesmas a devida atenção para que efectivamente possam de forma condigna, honesta e competente manter uma sociedade saudável.

É inegável que as crianças são os tenros viveiros no nosso país, daí que poderão ser os nossos futuros dirigentes e, assim sendo, todos nós carregamos uma responsabilidade muito grande no decorrer do seu processo de formação, pois as nossas crianças serão aquilo que fizermos delas hoje. Por isso, temos que as dotar de conhecimentos e experiências, para estarem à altura dos desafios que terão pela frente.

Meninas e meninos, certamente cada um de vós está a estudar para ter uma profissão no futuro. Alguns poderão vir a ser médicos, enfermeiros, outros advogados, economistas, engenheiros e gestores. Outrossim, através da formação profissional, poder-se-á dotar o País de bons profissionais nas áreas de mecânica, electricidade, marcenaria, construção civil e outras áreas afins.

Independentemente da profissão de cada um, se seguirem a vida política activa, poderão vir a ser dignos representantes da Nação. Ora, para que uma pessoa possa assumir uma determinada função ou um determinado cargo, ela precisa ser bem preparada e capacitada para, no momento oportuno, poder exercer com eficiência as funções ou as responsabilidades que lhe forem atribuídas.

Minhas senhoras e meus senhores, queridas meninas e queridos meninos, com a institucionalização do Parlamento Infanto-Juvenil, pretendemos, por um lado, dar um particular destaque à Assembleia Nacional, como sendo a casa da democracia, o lugar onde a política se faz por excelência e onde é promovido o debate contraditório sobre os assuntos de interesses relevantes do País. Por outro lado, pretendemos demonstrar como é que na prática isso funciona, através de simulação de uma sessão parlamentar, onde os

jovens ora seleccionados para representarem os seus distritos e as suas escolas irão eleger os membros da mesa da assembleia, incluindo o presidente que irá conduzir os trabalhos.

O nosso maior objectivo com este Projecto do Parlamento Infanto-Juvenil consiste em promover uma educação cívica com vista a obtermos uma democracia activa e participativa das nossas crianças e jovens, de modo que possam desde já ser mais interventivos na vida política do nosso país, dotar os mesmos de conhecimentos fundamentais sobre a composição e o funcionamento da Assembleia Nacional.

É de salientar o trabalho de selecção que foi realizado nas escolas de todos os distritos de São Tomé e na Região Autónoma do Príncipe, para que houvesse a participação de todas as crianças do nosso país, sem menosprezar as crianças com necessidades especiais e mesmo aquelas que estão fora do sistema escolar, em suma, promovendo uma verdadeira inclusão social.

São ao todo 55 crianças, ao espelho da composição do nosso figurino parlamentar. Os critérios utilizados para a selecção foram de identificar crianças com bom aproveitamento escolar e bom comportamento, boa comunicação, na faixa etária dos 10 aos 17 anos, com conhecimentos sobre os direitos das crianças, envolvendo sobretudo alunos do 2.º e 3.º ciclo dos ensinos básico e secundário.

Não poderia terminar sem antes dirigir uma palavra de agradecimento a todas as entidades que envolveram directa ou indirectamente para a concretização deste trabalho, designadamente aos Deputados da 5.ª Comissão Especializada Permanente da Assembleia Nacional, aos funcionários parlamentares, ao Ministério da Educação, Cultura e Ciência, à FONG, à UNICEF, pelo importante contributo no financiamento deste projecto, e aos nossos corajosos meninos e meninas cá presentes.

Graças ao contributo de todos vós, estamos a dar início a um passo qualitativo para a vida política do País que é a institucionalização do Parlamento Infanto-Juvenil em São Tomé e Príncipe.

Um bem-haja a todos e muito obrigado pela vossa atenção.

Declaro assim aberta esta sessão.

Aplausos gerais.

Tem a palavra o Sr. Deputado Arlindo Barbosa, para uma intervenção.

O Sr. **Arlindo Barbosa** (MLSTP/PSD): — Bom dia a todos, sou o Deputado Arlindo Barbosa, Presidente da 5.ª Comissão Especializada da Assembleia, uma Comissão ligada a questões sociais, designadamente Educação, Saúde, Desporto e Juventude, etc.

O Sr. Presidente já fez a abertura do acto formal, vamos dar continuidade aos nossos trabalhos. Desde logo, enquanto 5.ª Comissão, gostaria de saudar os digníssimos representantes cá, os professores, os directores e delegados, a representante da UNICEF, o representante do Ministro da Educação, a FONG, a ACASTEP, os funcionários e todos os alunos.

Vamos ter uma fase agora que é eleição da Mesa do Parlamento Infanto-Juvenil, mas antes gostaríamos de convidar o aluno mais velho de nome Dany Xavier Almeida, de 17 anos, que vem do Distrito de Mé-Zóchi, porque nesta fase vamos compor a mesa provisória, e dois Secretários que vão coadjuvar o Presidente da Mesa: Irissy Diogo Bonfim, de 10 anos, vem do Distrito de Lembá, da Escola mãe Clara, e Jociley dos Santos Cabral, também de 10 anos, da Região Autónoma. É esta mesa provisória que vai conduzir, nesta primeira fase, o processo de eleição e depois, quando estiver composta a Mesa definitiva do Parlamento Infanto-Juvenil, seguirão outras actividades, nomeadamente o debate.

Tendo assim composta a Mesa provisória, para dar seguimento à fase de eleição, gostaríamos de saudar a Mesa e desejar êxitos nesta primeira fase do nosso trabalho e deixar à vossa responsabilidade essa condução, para a eleição da Mesa definitiva do Parlamento Infanto-Juvenil.

Muito obrigado e deixamos a condução do trabalho ao cargo do Presidente da Mesa provisória.

O Sr. **Presidente da Mesa Provisória** (Dany Xavier Almeida): — Para começar, gostaria de saudar a todos os Deputado aqui presentes, os Representantes das ONG, os Professores e os Directores.

Vamos dar início aos nossos trabalhos, pedindo encarecidamente aos alunos que desliguem os seus telemóveis, para evitar perturbações no decorrer do nosso trabalho.

Como sabem, esta é a Mesa provisória, está composta por mim, o aluno mais velho, e por dois Secretários, os alunos mais novos.

Vamos passar agora à eleição da Mesa do Parlamento Infanto-Juvenil e peço à equipa de apoio da Assembleia que faça a distribuição dos boletins de voto.

Nesta primeira fase, vamos eleger o Presidente, dois Vice-Presidentes, três Secretários e dois Vice-Secretários.

Para começar, vamos eleger o Presidente.

Vou apresentar os candidatos ao cargo de Presidente: Celyne Silva, do Distrito de Lembá, Edynilson Boa Morte Dias, de Mé-Zóchi, Ely Patrícia, de Água Grande, e Frank Mendes, de Cantagalo. São esses os candidatos à presidência do Parlamento Infanto-Juvenil.

O Sr. **Arlindo Barbosa** (MLSTP/PSD): — Meninos, caros alunos, gostaria de explicar o processo de votação. Como sabem, hoje é a primeira vez e, independentemente de termos feito os ensaios ontem, as pessoas podem ter alguma dificuldade.

Todos os alunos têm os boletins de voto e, como dissemos ontem, a Mesa do Parlamento Infanto-Juvenil tem que ter um presidente, só que apareceram quatro candidatos de distritos diferentes. Então, os meninos vão votar só numa pessoa que entenderem.

O Sr. Presidente da Mesa pode anunciar a votação e cada um deve colocar uma cruz num candidato que entender. Apenas uma cruz.

Pausa para a votação e contagem dos votos.

O **Presidente** (Dany Xavier Almeida): — Já temos o resultado dos votos. A Deputada Celyne Quaresma da Silva, do Distrito de Lembá, obteve sete votos, o Deputado Edmilson Boa Morte Dias, de Mé-Zóchi, 23 votos, a Deputada Ely Patrícia Viana da Costa, do Distrito de Água Grande, com 22 votos, o Deputado Frank Dilirio dos S. Lima Mendes, do Distrito de Cantagalo, com 2 votos, e temos um voto em branco.

Como nenhum dos candidatos obteve 28 votos, a proposta é: ou passamos à segunda volta ou consideramos o candidato com maior número de votos.

Vamos passar à votação desta proposta.

Submetida à votação, foi considerado vencedor o candidato com maior número de votos.

Aplausos gerais.

Então, com o maior número de votos, ou seja, com 23 votos, temos o candidato Edmilson Boa Morte Dias, eleito como Presidente do Parlamento Infanto-Juvenil.

Passamos agora à eleição dos dois Vice-Presidentes. Temos como candidatos Lucas Pires, de Água Grande, Rúbia Simony de Ceita Neto, de Lobata, e Kelmy da Mata Almeida da Costa Lavres, da Região Autónoma do Príncipe.

Peço à equipa de apoio da Assembleia que faça a distribuição dos boletins de voto. Desses três candidatos, façam somente uma escolha.

Pausa para a votação e contagem dos votos.

Obtivemos o seguinte resultado: *Lucas Pires, com 9 votos, Rúbia Simony de Ceita Neto, com 29 votos, e Kelmy da Mata Almeida da Costa Lavres, com 16 votos, e um voto em branco.*

Os mais votados, peço que fiquem de pé, *Rúbia Simony de Ceita Neto e Kelmy da Mata Almeida da Costa Lavres. São estes os dois Vice-Presidentes.*

Aplausos gerais.

O nosso tempo está curto, temos que acelerar.

Vamos agora fazer a escolha de três Secretários e dois Vice-Secretários, em simultâneo. Vão ser distribuídos dois boletins para cada Deputado e façam a escolha. Cada boletim tem que ter apenas uma cruz.

Para o cargo de Secretários temos: Eliane Amado da Costa Cruz, do Distrito de Mé-Zóchi, Ermina Pinto Quaresma Nené, de Lobata, Irissy Diogo Bonfim, de Lembá, Cândida Fernandes, de Água Grande, Ivânia Afonso Dias Andrade, da Região Autónoma do Príncipe, Camélia Flávia da Graça Vera Cruz, de Cantagalo, Kelvio Viegas dos Santos, de Caué, Joacy Camblé B. Neto, de Mé-Zóchi, Julícia da Costa Lima, da Fundação da Criança e da Juventude.

Passo agora a citar os nomes dos candidatos para Vice-Secretários: Brazida Vaz Mendes da Mata, da Região Autónoma do Príncipe, Nikylse Nady Ferreira Pires, de Lobata, e Helson da Costa Guadalupe, de uma ONG.

Vamos distribuir dois boletins para cada Deputado e devem conter somente uma cruz em cada boletim.

Perceberam ou alguém tem dúvida?

Pausa para a votação e contagem dos votos.

Após a votação, para o cargo de Secretário do Parlamento Infanto-Juvenil apuraram-se os seguintes resultados: Ermina Pinto Quaresma Nené, com 6 votos, Irissy Diogo Bonfim, com 5 votos, Cândida Fernandes dos Santos, com 13 votos, Ivânia Afonso Dias Andrade, com 6 votos, Camélia Flávia da Graça V. Cruz, com 17 votos, Kelvio Viegas dos Santos, com 4 votos, Julícia da Costa Lima, com 1 voto, Eliane Amado da Costa Cruz, com 2 votos, e temos Joacy Camblé B. Neto, com 0 voto e também 1 voto em branco.

Portanto, os vencedores para o cargo de Secretário são: Camélia Flávia da Graça Vera Cruz, com 17 votos, Cândida Fernandes dos Santos, com 13 votos, e temos um empate, com 6 votos, que será desempatado numa próxima plenária, sendo substituído por um Vice-Secretário.

Aplausos gerais.

Para o cargo de Vice-secretários do Parlamento Infanto-Juvenil temos: Brazida Vaz Mendes da Mata, da Região Autónoma do Príncipe, com 14 votos, Nikylse Nady Ferreira Pires, de Lobata, com 6 votos, Helson da Costa Guadalupe, com 33 votos. Peço que se ponham de pé. Brazida Mata, da Região Autónoma do Príncipe, e Helson da Costa Guadalupe são eleitos Vice-Secretários.

Aplausos gerais.

Portanto, estando eleita a Mesa do Parlamento Infanto-Juvenil, convido o Presidente eleito a ocupar o seu lugar. Peço uma salva de palmas para ele.

O Presidente eleito (Edmilson Dias): — Bom dia a todos cá presentes.

Convido para a Mesa os Secretários, Brazida Vaz, da Região Autónoma do Príncipe, e Camélia Vera Cruz, tendo em conta que houve um empate entre os Secretários, então, ela vai substituir os Secretários, e Cândida dos Santos, do Distrito de Água Grande.

Estando composta a Mesa, vou dar início à nossa actividade.

Sua Excelência o Sr. Presidente da Assembleia Nacional, Excelência, Excelentíssimo Sr. Presidente da 5.ª Comissão Especializada Permanente da Assembleia Nacional, Excelência, Excelentíssimas Sras. e Srs. Deputados à Assembleia Nacional, Excelências, Excelentíssimo Sr. Ministro da Presidência do Conselho de Ministros e dos Assuntos Parlamentares, Excelência, Excelentíssimo Sr. Ministro da Educação, Cultura e Ciências, Excelência, Caras e Caros Deputados ao Parlamento Infanto-Juvenil, Ilustres Sras. e Srs. Convidados, Minhas Senhoras e Meus Senhores: Antes de mais, em nome dos colegas Deputados, permitam-me que saúde Sua Excelência o Sr. Presidente da Assembleia Nacional e lhe exprima os meus calorosos agradecimentos, pela sua presença neste acto que assinala a abertura do Parlamento Infanto-Juvenil, presença esta que contribui, sem dúvida, para lhe conceder ainda maior solenidade e impacto.

Gostaria, de igual modo, de estender as minhas saudações e agradecimentos aos Srs. Deputados da 5.ª Comissão Especializada Permanente e aos Srs. Ministros pelas honrosas presenças neste acto solene. Quero ainda saudar e agradecer a todas as entidades e instituições nacionais e estrangeiras que se dignaram em colaborar com a Assembleia Nacional na institucionalização do Parlamento Infanto-Juvenil.

Neste momento solene em que constituímos o Parlamento Infanto-Juvenil de São Tomé e Príncipe, quero lançar um veemente apelo aos Colegas Deputados, no sentido de focarmos as nossas atenções e reflectirmos juntos sobre questões de interesse colectivo, num clima de respeito mútuo e harmonia.

Caros Colegas, na democracia, todos os cidadãos têm o direito de expor as suas opiniões, por mais estranhas que possam parecer à primeira vista. O Parlamento é conhecido como a Casa do povo, onde sempre existe espaço para discutir sobre economia, emprego, saúde, educação, cultura, transportes, habitação, entre outras questões. A missão do Deputado é de estudar bem o tema, ouvir cada parte interessada e conhecer todos os lados da história, o que lhe torna mais apto para elaborar e votar propostas que melhorem a vida da população.

Porque vivemos numa democracia representativa, fomos escolhidos para representar os nossos colegas, falarmos e votarmos pelas crianças e adolescentes do nosso país.

Hoje, damos o mandato de deputados a estudantes de vários níveis de ensino, provenientes de todos os distritos e da Região Autónoma do Príncipe, cada um com o seu credo religioso, colegas órfãos abandonados e portadores de deficiências, sob cuidados de várias instituições de solidariedade.

A realização desta sessão do Parlamento Infanto-Juvenil hoje, com todas estas representações, constitui obviamente uma experiência nova e inclusiva, em que acreditamos que o respeito e a valorização dessas diferenças podem levar São Tomé e Príncipe a ter leis mais justas. Assim, esperamos exercer melhor a nossa cidadania, fazendo valer os nossos deveres pela defesa dos nossos direitos.

Minhas Senhoras e Meus Senhores, Excelências: para esta sessão, foi escolhido o tema «Abandono Escolar, o Papel do Parlamento». Eis um assunto que diz respeito não só às crianças em idade escolar, mas também aos governantes, professores, serventes, pais e encarregados de educação e todos aqueles que sonham ter uma sociedade de conhecimento e de valores em São Tomé e Príncipe.

Gostaria, desde já, de encorajar a participação activa dos colegas deputados neste debate de ideias, para que fique mais evidentes as suas causas e consequências, resultando daí iniciativas orientadoras para a sua resolução. Não falemos apenas do mal que nos aflige, falemos também de como podem ser prevenidos e em que medida cada parte envolvida pode nos ajudar a saná-los, particularmente o Parlamento.

Neste sentido, contamos igualmente com a colaboração dos Deputados da 5.ª Comissão Especializada Permanente da Assembleia Nacional para, através dos mecanismos legais e regimentais, fazer chegar as

nossas conclusões às autoridades governamentais, esperando de igual modo que sejam tidas em consideração, pois só assim a nossa missão estará cumprida.

Obrigado a todos pela vossa amável atenção.

Viva a Democracia!

Um bem-haja a São Tomé e Príncipe!

Aplausos gerais.

Peço agora que os representantes de cada distrito tragam a lista dos deputados.

Gostaria também de agradecer a UNICEF pelo apoio.

Só tenho cá quatro distritos. Colegas representantes da Região Autónoma do Príncipe, tragam a lista dos Deputados que vão intervir.

Declaro aberto o debate e vou falar da distribuição do tempo para cada distrito. Água Grande dispõe de 26 minutos, Mé-Zóchi dispõe de 26 minutos, Lobata 13 minutos, Cantagalo 11 minutos, Lembá 11 minutos, Caué 9 minutos, a Região Autónoma do Príncipe, 11 minutos, crianças do ensino especial, 7 minutos, e crianças portadoras de deficiências, 7 minutos.

Correr atrás do nosso sustento enquanto seres humanos nunca foi um erro, mas da maioria das vezes essa mesma busca traz consequências irreversíveis que marcam a nossa vida.

Quando se luta por algum ideal, é importante que se tenha a certeza do caminho que se vai seguir, uma vez que o mesmo terá um impacto enorme em nossas vidas. Por isso, devagar e passo a passo chegaremos lá, basta esperarmos o momento certo para agirmos, e triunfaremos.

Aproveite o momento e a vida.

O tema que nos traz cá hoje é o abandono escolar e o papel que o Parlamento tem. Falando do abandono escolar, podemos definir o abandono escolar como quando uma criança deixa de frequentar a escola durante um ano lectivo.

Em São Tomé e Príncipe, o abandono escolar é um grande desafio para as escolas, os pais e para o sistema educacional.

Esse problema que aflige o nosso país tem diversas causas, como condições sócio económicas, culturais, geográficas ou mesmo questões referentes ao encaminhamento didáctico pedagógico e a baixa qualidade do ensino escolar, que podem ser apontados como as possíveis causas.

Quais são os motivos que levam os alunos a desistirem. De algumas pessoas de quem consegui informações, pude entender que as crianças deixam as escolas por causa da distância que existe entre a sua casa e a escola, falta de transporte escolar, falta de interesse e também por doenças. Ajudar os pais em casa também é um dos motivos e a necessidade de trabalhar, falta de interesse e por vezes proibição dos pais de irem à escola, são motivos frequentes que podem fazer com que as crianças desistam de estudar.

Para uma intervenção tem a palavra o colega Deputado Kelmy Lavres.

A Deputada Kelmy Lavres (Região Autónoma do Príncipe): — Bom dia a todos. Vou proferir algumas palavras e espero ser breve.

Com o desenvolvimento que se tem verificado actualmente no mundo globalizado, com maior destaque para as novas tecnologias de informação e comunicação e não só, é imprescindível que cada são-tomense atinja o maior nível académico ou pelo menos o nível de escolaridade obrigatório.

Neste sentido, o combate ao abandono escolar pelas crianças ainda em idade escolar terá que envolver toda a sociedade são-tomense, de forma que nenhuma criança são-tomense fique fora do sistema. O primeiro passo deverá passar pelo seguinte: fazer um levantamento das causas do abandono escolar, pelas crianças ainda em idade escolar. Se esse levantamento já existe, ainda melhor; reposição de políticas e medidas para se combater esse flagelo de abandono escolar; implementação de programas e acções de sensibilização com o envolvimento da comunicação social, rádio, televisão e outros, ONG, associações juvenis, associações de estudantes, associação de pais e encarregados de educação e outras associações mais existentes em São Tomé e Príncipe, todas as confissões religiosas, em suma, toda a sociedade são-tomense terá que se envolver nesse combate ao abandono escolar, para que nenhuma criança são-tomense em idade escolar fique fora de sistema, o que contribuirá também para acabar com meninos de rua e o trabalho infantil.

Como nossa contribuição e sugestão, quero aqui deixar o exemplo da política que tem sido implementada na Região Autónoma do Príncipe pelo governo regional, que tem dado grande resultado na diminuição muito significativa do abandono escolar e que tem passado pela construção de jardins de infâncias e escolas básicas mais próximas das comunidades. Está prática tem duas vantagens importantíssimas que são: as crianças começam a ganhar gosto e entusiasmo por ir à escola desde os seus 2, 3 anos de idade e outra vantagem é que vem diminuir os encargos das famílias com a deslocação dos seus filhos para estudarem em localidades mais distantes. Um exemplo mais prático na Região Autónoma do Príncipe é que temos duas comunidades que são: Nova Estrela e Terreiro Velho, que distam uma da

outra menos que dois quilómetros, mas existe um jardim-de-infância em Nova Estrela e outro em Terreiro Velho. O mesmo pode passar-se com as comunidades de Sundy e Ponta de Sol.

Essas são as recomendações para que São Tomé e Príncipe acabe com o abandono escolar e assim também atinja um dos objectivos do milénio que é atingir o ensino básico universal.

Muito obrigado.

Aplausos gerais.

O Presidente: — Para uma intervenção, tem a palavra a colega Deputada Rebeca de Sousa, de Cantagalo.

A Deputada Rebeca de Sousa (Cantagalo): — Bom dia a todos.

Sou Rebeca, sou de Cantagalo e moro na Vila de Ribeira Afonso.

Sobre o caso de abandono escolar, temos várias outras causas que fazem com que os alunos abandonem a escola. Por exemplo, a distância da comunidade e a escola, principalmente escolas secundárias. Neste caso, temos que construir mais salas de aulas perto das comunidades ou disponibilizar transportes a preços favoráveis às famílias de rendimento baixo.

Aplausos gerais.

O Presidente: — Para uma intervenção, tem palavra a colega Deputada Karem Pereira, de Caué.

A Deputada Karem Pereira (Caué): — Bom dia a todos.

Chamo-me karem Luís Pereira, tenho onze anos e vivo em Angolares, no Distrito de Caué.

Eu gostaria de perguntar o que podemos fazer para se construir um Liceu em Caué.

Muito obrigado.

Aplausos gerais.

O Presidente: — Para uma intervenção, tem a palavra a colega Deputada Celine Santiago, que vem de Mé-Zóchi.

A Deputada Celine Santiago (Mé-Zóchi): — Muito bom dia a todos.

Gostaria muito de agradecer o Presidente por me ter passado a palavra, para falar sobre o abandono escolar e trazer aqui as minhas soluções.

O abandono escolar tem várias causas e, na minha opinião, as mais importantes que devem ser combatidas pelo Governo são o trabalho infantil e a gravidez precoce.

A minha solução para o trabalho infantil é que o Governo crie um grupo, como por exemplo uma organização nas escolas, formada por médicos, psicólogos e professores, que sejam especializados para tratarem com os alunos, para debater com os alunos algumas questões que eles não consigam resolver sozinhos, de modo que eles consigam arranjar soluções para esses mesmos problemas. O trabalho infantil acontece, na maioria, por influência dos pais.

Alguns pais não tratam bem os seus filhos, não lhes dão de comer nem lhes dão atenção. Assim, a criança sente-se coagida a trabalhar para o auto sustento. Isso não pode acontecer na nossa sociedade. O Governo tem que arranjar um grupo para falar com esses pais, para eles mudarem de mentalidade, deixarem de fazer isso com as crianças, porque isso não pode. Botaram as crianças no mundo e têm que tratar delas.

Quanto aos alunos deficientes, deixo a solução para que o Governo crie escolas adaptadas para essas crianças por todo o País, ou o Governo pode também adaptar as escolas já existentes, de modo que um aluno que já começou a estudar não perca a metade nem o ano lectivo todo, por falta de condições na escola.

Aplausos gerais.

O Presidente: — Para uma intervenção, tem a palavra o colega Deputado Lucas de Apresentação, de Água Grande.

O Deputado Lucas de Apresentação (Água Grande): — Presidente, Caros Deputados e Caras Deputadas, bom dia.

Gostaria também de falar que uma das causas do abandono escolar é o próprio professor, porque um professor desmotivado, triste e com pouco dinheiro não consegue investigar para dar aulas aos alunos. Então, nós, os parlamentares do Distrito de Água grande, gostaríamos de perguntar ao Governo o que é que tem feito para melhorar o salário desses professores.

Muito obrigado.

Aplausos gerais.

O **Presidente**: — Para uma intervenção, tem a palavra a minha colega Deputada Ana Kátia Fernandes.

A **Deputada Ana Kátia Fernandes** (Lembá): — Sr. Presidente, bom dia a todos.

Vim aqui falar sobre o abandono escolar, que é a causa que nos levou a estar aqui, porque estamos a debater este assunto.

Um dos maiores problemas que afecta a nossa sociedade, no que concerne ao abandono escolar, é a falta de conhecimento da parte de alguns pais e encarregados de educação. Nas zonas mais rurais, mais concretamente nas zonas piscatórias, existem um número elevado de taxa de analfabetismo que afecta em muitas situações o abandono escolar. Nessas comunidades, há crianças que, quando chegam a época da Gravana, abandonam a escola e vão à pesca.

Alguns empresários empregam crianças com idade escolar nas suas empresas, ao invés de as apoiarem na escola.

Segundo o meu ponto de vista, o Governo deveria criar uma lei para pôr fim a essa situação, porque sem educação não haverá desenvolvimento para o nosso país.

Aplausos gerais.

O **Presidente**: — Para uma intervenção, tem a palavra a colega Deputada Ermina Pinto, do Distrito de Lobata.

A **Deputada Ermina Pinto** (Lobata): — Chamo-me Ermina Pinto, tenho 14 anos, estudo 9.^a classe, venho do Distrito de Lobata, da Escola Secundária Básica de Guadalupe.

Excelentíssimo Sr. Presidente da Assembleia Nacional, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, meus senhores e minhas senhoras, Caros Deputados: Em representação dos alunos do Distrito de Lobata, permitam-me primeiramente endereçar as minhas cordiais saudações.

Venho por este meio falar um pouco sobre aquilo que é o abandono escolar. No âmbito do supra citado tema, é indispensável referir que em São Tomé e Príncipe o presente tema, outrora, era mais frequente, uma vez que antigamente a nossa sociedade era limitada a viver mediante a cultura de subsistência, onde a instituição da socialização primária, nomeadamente a família, era desinteressada no que tange a educação escolar dos filhos. Mas essa linha de pensamento tem vindo a diminuir, mediante a mudança de pensamento por parte dos progenitores ou educadores que actualmente procuram proporcionar aos seus filhos ou educandos uma possível integração na via académica.

Porém, ainda subsistem alguns casos de abandono escolar, advindo principalmente de causas como: falta de condições financeiras para custear os estudos dos filhos, trabalho infantil, gravidez precoce, envolvimento com a bebida alcoólica, drogas, dentre outros. Portanto, a existência desse fenómeno acarreta algumas consequências como: alto nível de analfabetismo, desqualificação para enquadrar-se no meio de trabalho, baixo rendimento e outros. E essas consequências trazem consigo impactos negativos para os indivíduos e para a sociedade em que estão inseridos, como por exemplo: a dificuldade de contribuir para o desenvolvimento do País, estando desprovidos de técnicas de metodologia de trabalho, pauperização da sociedade rural e aumento do índice de criminalidade.

Para colmatar esse fenómeno que assola a nossa sociedade, pode-se considerar como possíveis soluções: a descentralização e conceptualização das instituições dos ensinos Básico, Secundário e Superior.

Sendo um Estado de Direito, na ausência de condições para a produção de estudos, o Estado deve garantir isso, criando condições ou faculdades para que os indivíduos tenham acesso à educação e formação.

Aplausos gerais.

O **Presidente**: — Para uma intervenção, tem a palavra a minha colega Deputada Letícia Guimarães que vem da FONG.

A **Deputada Letícia Guimarães** (ONG Fundação da Criança e da Juventude): — Chamo Letícia Guimarães e venho da ONG Fundação da criança e da juventude.

Gostaria de perguntar até que ponto a violência no seio familiar leva uma criança ou um adolescente ao abandono escolar e o que deve ser feito para evitar essas situações.

Aplausos gerais.

O **Presidente**:— Para uma intervenção, tem a palavra o meu colega Deputado Roger Fernandes, que vem do Distrito de Mé-Zóchi.

O **Deputado Roger Fernandes** (Mé-Zóchi):— Sr. Presidente, estou aqui para falar do tema abandono escolar e vou começar por falar das suas causas: a distância de casa para escola. Como solução para isso, proponho que disponibilizem transportes escolares a preço acessível para todos.

Trabalho infantil. No nosso país já existem leis contra o trabalho infantil, mas infelizmente não estão a ser cumpridas. Por isso proponho que elas sejam um pouco mais repressivas, de modo a serem respeitadas e obedecidas.

Gravidez precoce ou na adolescência. Eu recomendo que criem um centro de aconselhamento juvenil, para aconselhar as raparigas, de modo a incutir nas suas mentes o desejo tardio de terem filhos e que sejam distribuídos métodos contraceptivos para os que já têm vida sexual activa.

Aplausos gerais.

O **Presidente**: — Para uma intervenção, tem a palavra o meu colega Deputado Alex Semedo, que vem do Distrito de Cantagalo.

Peço aos meus colegas deputados que se identifiquem primeiro.

O **Deputado Alex Semedo** (Cantagalo): — Bom dia a todos, agradeço a vossa presença.

Sou Alex dos Santos Semedo, moro em Alto Douro, Distrito de Cantagalo. Estudo 10.^a classe, no curso de ciências e tecnologia. Sou um dos representantes do Distrito de Cantagalo.

A minha intervenção é para complementar a ideia da colega do Distrito de Mé-Zóchi, aprofundando mais aquela ideia de maior causa de abandono escolar. Então, verificamos que a maior causa de abandono escolar é a gravidez precoce. Isso leva as crianças a abandonarem a escola, é um problema e todos os problemas devem ter uma solução. E o nosso objectivo cá é propor uma solução para este problema. Sendo um problema que está mais abrangido na nossa sociedade, então, hoje é o dia certo para propor uma solução. Trago aqui várias soluções, como a criação de bons costumes e incutir nas crianças o que é prioritário para a sua vida futura.

Outra solução também é fazer uma campanha de sensibilização, por exemplo para os pais acompanharem as suas crianças nessa campanha e tentar dialogar com elas sobre o que é bom para a sua vida futura. E também falando disso, na nossa comunidade, Santana, Distrito de Cantagalo, registamos algumas causas. Vimos que na escola Secundária Básica de Santana foram registados 30 alunos que abandonaram a escola. Por causa de quê? Por causa da gravidez precoce e 30% é do sexo feminino.

Aplausos gerais.

O **Presidente**: — Para uma intervenção, tem a palavra a colega Ely Patrícia. Espero que agora já esteja pronta.

A **Deputada Ely Patrícia** (Água Grande): — Antes de mais gostaria de agradecer a todos pela presença aqui no Parlamento Infanto-Juvenil de São Tomé e Príncipe.

O abandono escolar é uma situação em que crianças, adolescentes e jovens deixam de ir à escola ainda na idade escolar. Abandonam a escola por vários motivos ou causas: escola, famílias, alunos. Vou falar de uma dessas causas que é a escola. O número excessivo de alunos por escola e por turmas. Por exemplo, o Liceu Nacional, com cerca de 7 000 alunos, 80 alunos por turma, e a falta de carteira gera muitos conflitos e conflitos geram a violência. Falando de violência, é um ponto crucial para ser debatido aqui no Parlamento Infanto-Juvenil de São Tomé e Príncipe, porque muitos jovens praticam a violência contra outros colegas. Assim, eu gostaria de saber quais são as medidas titulares educativas que já se praticam aos jovens dos 10 aos 17 anos que praticam violência nas escolas contra outros colegas.

Esses abandonos também geram várias consequências e vou falar de uma das consequências. Muitos alunos jovens que abandonam a escola entram no trabalho de riscos, não próprios para as suas idades, por exemplo trabalho nas construções ou nas estradas. E isso é uma das principais e fundamentais regras dos Direitos das Crianças, não ao trabalho infantil.

Isso tudo contribui muito para o abandono escolar.

Aplausos gerais.

O **Presidente**: — Para uma intervenção, tem a palavra a colega Jenilsa d'Alva.

A **Deputada Jenilsa d'Alva** (Caué): — Chamo Jenilsa Monteiro d'Alva, tenho 11 anos, estudo 6.^a classe, na escola secundária Básica de Porto Alegre. Gostaria de agradecer a vocês aqui pela vossa presença.

Gostaria de saber como podemos ajudar os alunos com dificuldades no pagamento de propina e matrícula.

Aplausos gerais.

O **Presidente**: — Para uma intervenção, tem a palavra o colega Deputado Fábio d'Araújo, que vem do Distrito de Cantagalo.

O **Deputado Fábio Quaresma** (Cantagalo): — Boa tarde a todos.

O que me trouxe cá é o tema «abandono escolar», principalmente a causa doença. Muitos indivíduos, de vez em quando, sofrem acidentes e apanham faltas na escola. A escola tem que ser mais amiga das crianças. Tem que sensibilizar as crianças. Quando estão doentes, nos hospitais ou em algum posto médico, a escola tem que intervir. Tem que ir, de forma que as crianças sintam a escola como a sua casa.

Aplausos gerais.

O **Presidente**: — Para uma intervenção, tem a palavra a colega Deputada Julícia Lima, que vem da FONG.

A **Deputada Julícia Lima** (Fundação Novo Futuro): — Antes de me apresentar gostaria de dar um bom dia a todos e felicitar pela presença de cada um aqui.

Chamo-me Julícia Lima, sou Deputada da FONG e estou aqui para representar a Fundação Novo Futuro. Estou cá também para fazer duas perguntas e gostaria de receber resposta de um dos professores. Em primeiro lugar, gostaria de saber se existe algum estudo efectuado, no País, sobre o abandono escolar.

Em segundo lugar, gostaria de saber qual é a percentagem de abandono escolar ao nível nacional e se as principais causas são conhecidas nos distritos ou regiões?

Aplausos gerais.

O **Presidente**: — Para uma intervenção, tem a palavra a colega Deputada Olímpia Will, de Água Grande.

A **Deputada Olímpia Will** (Água Grande): — Obrigada Sr. Presidente pela palavra.

Bom dia caras Deputadas e caros Deputados aqui presentes.

Chamo-me Olímpia Will, tenho 15 anos, estudo o 10.º ano no Liceu Nacional e estou representando o Distrito de Água Grande. A minha intervenção é para falar de uma das causas de abandono escolar que é a família. Quando digo família, faço referência à pobreza, porque no nosso país a pobreza é um factor assolador em muitas famílias, principalmente para as mães solteiras, que têm elevado número de filhos e não têm como sustentar todos. Com isso, dão suas crianças para que outras pessoas possam cuidar e nem sempre aquelas pessoas terão aquele amor-próprio de uma mãe para um filho e nem sempre darão um acompanhamento a essas crianças, a criança sente-se triste por não ser filha daquela pessoa e para não dar trabalho abandona a escola.

O abandono escolar também tem como consequência o aumento da delinquência juvenil, porque actualmente encontramos jovens que assaltam, roubam, fumam, como consequência do abandono escolar.

E uma das sugestões que eu gostaria de deixar para o Governo, para tentar pôr fim a este problema, é ajudar as famílias mais carenciadas, oferecendo aos seus filhos uma bolsa de estudo.

Obrigada.

Aplausos gerais.

O **Presidente**: — Para uma intervenção, tem a palavra a colega Deputada Celyne Silva, que vem do Distrito de Lembá.

A **Deputada Celyne Silva** (Lembá): — Bom dia Caros Deputados e Deputadas.

Sou Celyne Silva, representante do Distrito de Lembá, estudo na Escola Secundária Básica de Neves, tenho 15 anos de idade e faço o curso de Ciência e Tecnologia.

São vários os factores que contribuem para o abandono escolar e vou falar de dois deles, a ansiedade e a depressão. A depressão é uma condição que pode fazer as pessoas se sentirem tristes e perderem o interesse por actividades que normalmente lhes davam prazer e perdem essa capacidade de se concentrar, tomar decisões e podem até pensar em suicídio.

A ansiedade é um sentimento de preocupação sobre um possível perigo ou uma situação desconfortável. É intensa e muito intensa, suficiente para interferir na capacidade de uma pessoa se concentrar e focar. Normalmente isso acontece com pessoas de baixa estima e inseguras.

Temos aqui que dificuldades de aprendizagem são condições que interferem na capacidade de habilidades académicas específicas, como a leitura ou a escrita, a capacidade de se concentrar a memória. Então, quando essas dificuldades são reconhecidas a tempo ou cedo, certas estratégias do ensino podem ajudar os alunos a superarem a deficiência de aprendizagem, mas infelizmente muitos problemas de aprendizagem podem não ser diagnosticados ou serem incorrectamente confundidos com os problemas de comportamentos. Obrigada.

Aplausos gerais.

O **Presidente**: — Para uma intervenção, tem a palavra a colega Deputada Ivânia Afonso, que vem da Região Autónoma do Príncipe.

A **Deputada Ivânia Afonso** (Região Autónoma do Príncipe): — Boa tarde a todos.

Chamo-me Ivânia Afonso, tenho 14 anos de idade, estudo o 9.º ano e sou representante da Região Autónoma do Príncipe.

Tendo em conta o abandono escolar, anteriormente na Região Autónoma não tínhamos muitas crianças deficientes, mas agora temos algumas crianças deficientes físicas que, por falta do ensino próprio, estão em casa. A minha pergunta é, quando é que o Governo pretende construir uma escola especial para os deficientes e um Liceu Nacional na Região Autónoma do Príncipe?

Obrigada.

Aplausos gerais.

O **Presidente**: — Para uma intervenção, tem a palavra a colega Deputada Ayra Amaro, que vem do Distrito de Água Grande.

A **Deputada Ayra Amaro** (Água Grande): — Bom dia a todos.

Sou Ayra Amaro, tenho 11 anos de idade, moro em Boa Morte, estudo na Escola Básica de S. João, 6.ª classe.

Dando a continuidade ao que o meu colega Deputado Lucas disse sobre a causa professores, há muitos professores que não têm responsabilidades e vão querer namorar as alunas e elas se sentem intimidadas, ficam com medo, pensando ou imaginando que esse professor vai reprová-las e assim elas abandonam o ensino escolar.

Obrigada.

Aplausos gerais.

O **Presidente**: — A nossa Deputada merece mais uma salva de palmas.

Aplausos gerais.

O **Presidente**: — Para uma intervenção, tem a palavra o colega Deputado Frank Mendes, que vem do Distrito de Cantagalo.

O **Deputado Frank Mendes** (Cantagalo): — Bom dia a todos.

Chamo-me de Frank Dilirio dos Santos Lima Mendes, tenho 16 anos de idade, estudo na Escola Básica Secundária de Santana.

Em primeiro lugar, gostaria de agradecer as entidades cá presentes, sobretudo a 5.ª Comissão Especializada Permanente da Assembleia Nacional, por nos ter conferido este fórum de capital importância.

O que tenho a propor quanto ao tema a ser debatido nesta sessão plenária prende-se com a questão de descentralização das escolas, que constitui um dos principais factores, sobretudo no meu distrito, que é uma situação que acho desumana, porque os alunos de 7, 8 anos percorrem a distância de 10 quilómetros para chegarem à escola. Então, acho que o Governo deve levar a cabo escolas apetecíveis, isto é, escolas com parques de diversões, escolas com manuais a cores, escolas que estimulem os alunos a ir à escola. É dessa forma que acredito que *step by step, day by day*, conseguiremos erradicar esses problemas que assolam a nossa sociedade. Como os americanos dizem «yes we can», acredito que os são-tomenses conseguem dizer «nós podemos».

Muito obrigado.

O **Presidente**: — Para uma intervenção, tem a palavra a colega Deputada Allycinilde Rompão, que vem do Distrito de Mé-Zóchi.

A Deputada Allycinilde Rompão (Mé-Zóchi): — Bom dia a todos, Caro Presidente, Caras e Caros Colegas Deputados.

Chamo-me Allycinilde Rompão, tenho 14 anos de idade, vivo em Cruzeiro – Trindade, Distrito de Mé-Zóchi, estudo o 9.º ano na Escola Maria Manuela Margarido.

Gostaria de começar fazendo uma introdução sobre o abandono escolar. O abandono escolar tornou-se um problema dos actuais sistemas do ensino. Não sendo novo, ele requer hoje uma reavaliação devido às mudanças profundas que a sociedade regista, quer na socialização dos jovens quer nas exigências que estas fazem à participação dos jovens em diferentes esferas sociais. É claro que este problema não se regista só em São Tomé e Príncipe, mas também nos outros países, principalmente os de África.

Existem vários motivos e factores por detrás de um abandono escolar e consequências também não só no nosso presente como também no nosso futuro. Vou citar alguns motivos que já foram citados aqui, como: a situação financeira de uma família, a falta de apoio familiar, o desinteresse escolar, a gravidez precoce, o trabalho infantil, os números excessivos de filhos e alguma deficiência.

Gostaria de deixar a minha opinião principalmente quanto à gravidez precoce, que é um problema que vem assombrando muito a nossa sociedade. O quê que faz com que uma adolescente engravide? Há vários factores, como a banalização de assuntos relacionados com a sexualidade, a falta de comunicação entre os pais, desestruturação familiar ou mesmo desinformação ou fragilidade da educação sexual.

Tem consequência também principalmente para as adolescentes, pode haver um aborto espontâneo ou até a morte da adolescente, algo que não queremos na nossa sociedade.

O abandono escolar tem consequência principalmente no nosso futuro, por exemplo, o não desenvolvimento da sociedade, por não existir pessoas capacitadas para o desenvolvimento do País; o aumento da delinquência juvenil; a falta de oportunidade de emprego. Hoje sabemos que o mercado de emprego está muito exigente na capacitação das pessoas; trabalho de risco e muitas das vezes o não digno; aumento da prostituição juvenil, consequentemente o elevado número de pessoas afectadas com o HIV/Sida, sabemos que o HIV/Sida é uma doença incurável, sem tratamento, e a nossa sociedade não pode ter uma epidemia praticamente de pessoas infectadas com HIV/Sida, e também o aumento da pobreza. Em vez de o nosso país se desenvolver, fica cada vez mais pobre.

Temos, sim, pessoas activas, mas não pessoas capacitadas para exercer qualquer tipo de função no nosso país.

Deixo algumas propostas: o apadrinhamento escolar. O que quero dizer com o apadrinhamento escolar? As empresas públicas, privadas e pessoas comuns com condições podem ajudar as crianças que talvez não tenham condições financeiras para continuarem os seus estudos, principalmente secundário, e também aumento da classe secundária que vai hoje em dia até a 6.ª classe. Porquê não aumentar pelo menos até a 9.ª classe?

Gostaria de deixar a minha opinião.

Se conseguirmos resolver um dos problemas que foram aqui citados, com certeza que conseguiremos minimizar os outros.

Muito obrigado.

Aplausos gerais.

O Presidente: — Para uma intervenção, tem a palavra a colega Deputada Okssania Monteiro, que vem do Distrito de Caué.

A Deputada Okssania Monteiro (Caué): — Muito boa tarde.

Chamo-me Okssania Monteiro, sou de Porto Alegre, Distrito de Caué.

O problema que me trouxe aqui é o seguinte: sabendo que a distância e a falta de transporte é uma das causas de abandono escolar, a minha recomendação é que o Governo deveria apoiar os alunos que se encontram distantes das suas escolas, para que não cometam o abandono escolar. Por exemplo, os alunos de Monte Mário, EMOLVE e Ribeira Peixe, que se deslocam quilómetros para chesgarem à escola. Isso leva à desistência dos estudos, pelo cansaço, porque o sono tem um tempo limitado. Às vezes, faz com que durmam na sala de aulas e, por reprovarem tantos anos, deixam de estudar e comentem o abandono escolar.

Um outro problema é a condição das escolas. Porto Alegre não tem escolas em condições. Como exemplo, só tem duas salas que leva cerca de quarenta e tal alunos, bem apertados e chegam a sentar quatro numa carteira. São condições para alunos que querem estudar?

A minha pergunta é a seguinte: como querem que estudemos se não temos condições suficientes?

Obrigada.

Aplausos gerais.

O Presidente: — Para uma intervenção, tem a palavra a colega Deputada Ekaterina Pires, que vem do Distrito de Água Grande.

A **Deputada Ekaterina Pires** (Água Grande): — Obrigada Sr. Presidente pela palavra.

Bom dia Caras Deputadas e Caros Deputados.

Chamo-me Ekaterina Pires, moro em Água Izé e estou aqui para representar o Distrito de Água Grande.

Vim para reforçar o que a minha colega Ely Patrícia tinha dito, quanto à violência nas escolas. A violência é um ponto crucial para ser debatido aqui no Parlamento Infanto-Juvenil de São Tomé e Príncipe. Nós, os parlamentares do Distrito de Água Grande, gostaríamos de perguntar à Assembleia quais são as medidas tutelares e educativas que já se praticam nas idades dos 10 aos 16 anos, no caso dos jovens que praticam a violência.

Aplausos gerais.

E também, como uma das sugestões para minimizar o fenómeno de abandono escolar, o Ministério da Educação deveria adoptar novos meios, como condições infra-estruturais educativas, para incentivar os jovens, de modo a verem as escolas como algo estimulante e não uma obrigação.

Aplausos gerais.

O **Presidente**: — Para uma intervenção, tem a palavra o colega Deputado Hélder Monforte, que vem da FONGSTP.

O **Deputado Hélder Monforte** (ARCAR):— Muito boa tarde a todos.

Antes de mais, chamo-me Hélder Monforte, tenho 16 anos de idade, estudo o 9.º ano no Liceu Nacional e venho da FONG – ARCAR.

O que podemos fazer para acabar com o abandono escolar? Reactivar o apoio de crédito às mães carenciadas. Que esse dinheiro não seja só para negócios, mas também para terem uma obrigação de manter as crianças nas escolas. E para isso o Governo deve criar uma organização junto à Segurança Social, para acompanhamento rigorosamente, para certificar que as crianças vão à escola. Obrigado

Aplausos gerais.

O **Presidente**:— Para uma intervenção, tem a palavra o colega Deputado Leonardo Barros Fernandes, que vem do Distrito de Água Grande.

O **Deputado Leonardo Fernandes** (Água Grande): — Antes de mais, chamo-me Leonardo Fernandes, tenho 15 anos e estudo o 10.º ano no Liceu Nacional.

O que é o abandono escolar? O abandono escolar é um facto que ocorre nos jovens em idade escolar, deixam a escola sem completar o círculo de ensino em que foram matriculados.

Falaram aqui de carteiras. É uma situação muito triste, em que vivem os meus colegas no Liceu Nacional. Há alunos que fazem o teste na janela, assistem as aulas na janela. É uma situação muito triste!

Quero deixar um apelo ao Governo, que olhe para esta situação, porque é muito triste, meus senhores!

Aplausos gerais.

O **Presidente**:— Para uma intervenção, tem a palavra o colega Deputado Dany Almeida, que vem do Distrito de Mé-Zóchi.

O **Deputado Dany Almeida** (Mé-Zóchi): — Muito Boa tarde a todos, obrigado Sr. Presidente.

Bom, falando do abandono escolar, podemos ver que isso acontece quando um aluno deixa de estudar, voluntariamente ou por má influência, tendo as mais diversas causas, colocando em causa a integridade social e moral, destruindo o futuro.

Eu, juntamente aos Deputados do Distrito de Mé-Zóchi, em consolidação, encontramos algumas soluções para acabar com o abandono escolar.

Para a gravidez precoce, as escolas poderiam criar organizações, compostas por professores, alunos e também aqueles que já passaram por esse problema. Essas pessoas podem dar o seu testemunho e contar quais as consequências que tem a gravidez precoce. Pode-se criar grupos sociais internos, onde os alunos possam ir buscar informações sobre a gravidez na adolescência e também sobre a sexualidade. Também tem a distribuição de preservativos aos alunos que têm a vida sexual activa, incentivar com mais intensidade sobre abstinência.

Quanto às escolas distantes, no que diz respeito aos alunos que vivem longe das escolas, disponibilizar transportes escolares a preço acessível para todos, ou também construir escolas nessas localidades. Como é o caso da zona de Abade, Roça Nova, Bombaim, Independência da ex-empresa Agrícola Milagrosa e a Empresa Agrícola de Monte Café.

Face aos alunos com necessidades educativas especiais, propomos a construção de escolas adaptadas, com professores, médicos e psicólogos capacitados, de modo que possam estudar e ter os mesmos direitos que as crianças isentas de deficiências.

Problema socioeconómico. Nesse problema, entra o trabalho infantil. Embora existam leis que impeçam as crianças de trabalharem, não são cumpridas. O Governo deveria formar pessoas para conversarem com os pais e as crianças sobre os seus direitos, de forma a serem cumpridos.

Criar leis que obrigassem os pais a dividirem os custos escolares e não só das crianças, mesmo depois de separados.

Criar fundo ou organizações para ajudar todas as crianças cujas famílias têm dificuldades a nível financeiro.

E também o Governo, em parceria com as escolas, deve verificar aqueles alunos com probabilidade de abandonar a escola devido a esses problemas, e fornecer aos mesmos bolsas de estudo, para mantê-los na escola.

Aplausos gerais.

O **Presidente**: — Para uma intervenção, tem a palavra a colega Deputada Meyme Pontes, que vem do Distrito de Água Grande.

A **Deputada Meyme Pontes** (Água Grande): — Bom dia Caras Deputadas e Caros Deputados. Chamo-me Meyme Pontes, tenho 11 anos, sou da escola de São João, 6.^a classe.

Hoje estou aqui para falar de uma das causas do abandono escolar. Uma das causas do abandono escolar é próprio o aluno. Podemos encontrar alunos com deficiências. Por exemplo, um aluno com deficiência física, para ir à escola, necessita de alguém que o possa conduzir e na escola necessita de maior atenção e apoio dos colegas, mas se isso não acontecer, se na escola o professor não der maior atenção a ele e se os colegas não derem apoio, isso leva-o ao abandono escolar.

Aplausos gerais.

O **Presidente**: — Para uma intervenção, tem a palavra a colega Deputada Camélia Vera Cruz, que é secretária. Vai-se ausentar da Mesa, então, chamo o Vice-Secretário Helson Guadalupe.

Aplausos gerais.

A **Deputada Camélia Vera Cruz** (Cantagalo): — Bom dia a todos.

Eu queria agradecer ao Sr. Presidente pela permissão da palavra.

Neste momento, não estou como Secretária da Mesa do Parlamento Infanto-Juvenil, mas como uma Deputada.

Complementando a ideia da gravidez precoce, como a maioria dos meus colegas deputados disseram aqui, acho que o Governo e nós, os são-tomenses, não estamos a ver uma questão. Diz-se que a resolução do problema da gravidez precoce está em campanhas de sensibilização, para disponibilizar preservativos para um sexo mais seguro, mais não estão a ver uma coisa.

Se pararem e observarem bem, ao longo dos anos, a gravidez precoce em São Tomé tem aumentado muito, mas muito mesmo. Então, quer dizer que o método que se está a utilizar não está a resolver o problema. Porquê? Cada vez que dizem aos alunos ou alunas que podem fazer sexo, usando o preservativo, estão a incentivá-los a fazer sexo. Quer dizer, posso fazer sexo, ou seja, tendo o preservativo, não me preocupo.

O que o Governo e as escolas deveriam fazer mais é incentivar os alunos a praticar a abstinência total mesmo. Quer dizer, fazer sexo na idade certa. Incentivar os alunos que o primeiro vem é futuro, preparar uma nova vida, depois aí sim constituir uma família, filhos, etc. Porque a maioria dos alunos são-tomenses, principalmente em Santana, na minha escola, a mentalidade deles é: «quando eu crescer, desculpem o termo, vou tomar homem de mim, vou para casa de meu homem, fazer não sei quê lá» não têm uma mentalidade assim mais ampla, um futuro perspectivo, constituir família, criar emprego.

Então, o que proponho mesmo é que as escolas incentivem os alunos a praticarem a abstinência total e que também criassem várias campanhas de sensibilização, para os pais terem mais diálogo e incentivarem os seus filhos, dizer a eles que primeiro vem o futuro, arranjar um emprego, bolsa e terminar os seus estudos.

Aplausos gerais.

O **Presidente**: — Antes de terminar o debate, gostaria ainda de proferir algumas palavras.

Quanto ao trabalho infantil, tenho aqui um provérbio que os mais velhos dizem: «*cola manga báçu só a cá dá vunga nê*». Ou seja, os mais novos é que precisam ser protegidos, mas são eles que protegem a si e

aos outros. As crianças não devem trabalhar, as crianças devem sim estudar. Um país não desenvolve com jovens incapacitados.

Travar o abandono escolar é uma peça a mais para o desenvolvimento sustentável de São Tomé e Príncipe.

Aplausos gerais.

Vamos suspender o debate por 10 minutos, para preparar o documento das declarações finais.

Eram 12 horas e 50 minutos.

O **Presidente**: — Colegas Deputadas e Deputados, havendo quórum, vamos retomar os nossos trabalhos.

Eram 14 horas.

Agora passo a palavra à colega Deputada Cândida dos Santos, que vai ler as declarações finais.

A **Secretária** (Cândida dos Santos): — Chamo-me Cândida, tenho 11 anos, estudo na Escola Preparatória Patrice Lumumba e vivo em Água Porca. Estou aqui como uma das Secretárias da Mesa e vou ler as recomendações.

«Recomendações. Sessão de abertura do Parlamento Infanto-Juvenil, sob o tema abandono escolar, o papel do Parlamento.

Primeiro, construção de mais salas de aulas e escolas mais próximas das comunidades.

Segundo, aquisição de mais transportes escolares com preços acessíveis às famílias de baixo rendimento.

Terceiro, construção de escolas específicas ou adaptadas às crianças com necessidade especiais.

Quarto, apoio financeiro às famílias carenciadas.

Quinto, conceber projectos educativos mais adaptados à realidade das crianças são-tomenses.

Sexto, fornecer materiais e manuais escolares de qualidade às escolas.

Sétimo, criação de mecanismos para que a Lei sobre o Trabalho Infantil seja realmente implementada.

Oitavo, criação de mecanismos para que as ONG, terceiros ou singulares e empresas interessadas possam apoiar as crianças mais desfavorecidas.

Nono, criação de um gabinete escolar com a representação dos pais, encarregados de educação e professores, com a finalidade de aconselhar os alunos sobre os bons valores.

Décimo, aumento das campanhas de sensibilização para a prática de abstinência total.

Décimo primeiro, melhorar as condições de trabalho dos professores.

Décimo segundo, adoptar estratégias para que as escolas sejam mais atractivas e amigas das crianças.

Décimo terceiro, criar mecanismos que eliminem o assédio sexual nas instituições escolares.

Décimo quarto, construção de liceus no Distrito de Caué e na Região Autónoma do Príncipe.

Obrigada.

Aplausos gerais.

O **Presidente**: — Não tendo nada mais a proferir, agradeço a presença de todos e um bom regresso à casa.

Declaro encerrada a sessão.

Eram 14 horas e 10 minutos.